

A (DES)ORDEM SOCIETÁRIA E TERRITORIAL DO TRABALHO
(Os limites para a Unificação Orgânica) *

THE (DIS)ORDER SOCIAL AND TERRITORIAL OF LABOR
(The limits for unified organic)

Antonio Thomaz Júnior
thomazjr@gmail.com

Beatriz Pontes
*Amiga, referência de vida e de profissão,
 por tudo que me ensinastes*

RESUMO

Nesses últimos anos, nossas ações de pesquisa têm sido dedicadas à compreensão das travagens que dificultam e impossibilitam a compreensão do trabalho no âmbito da classe trabalhadora. Tanto nos campos quanto nas cidades, tem-se a materialização das mais variadas combinações entre expropriação, subordinação, sujeição e dominação do trabalho pelo capital e pelo Estado. É nesse ambiente de (des)realizações que o exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho, nos põe permanentemente ligados à pesquisa geográfica, pois assim entendemos que poderemos participar ativamente do debate e da interlocução que se assenta na polêmica que gira em torno das dificuldades de entendimento das sobreposições e da plasticidade rompida entre as diferentes formas de externalização do trabalho. É por essa via que a (des)ordem societária e territorial do trabalho expressa o esgarçamento das relações solidárias intra-classe trabalhadora.

PALAVRAS CHAVE: trabalho; classe trabalhadora; desordem societária; território; plasticidade do trabalho

ABSTRACT

In recent years, our research activities have been devoted to understanding the braking that difficulties and hampers the understanding of the labor within the working class. Both fields and cities have the materialization of various combinations of expropriation, subordination, subjection and domination of labor by the capital and the State. It is in this environment (dis)achievements that the exercise social control of capital and the State on labor, puts us permanently connected to geographical research, for this reason we understand that we can actively participate in the debate and interlocution that is based on the controversy that revolves around the difficulty of understanding the overlaps and plasticity torn between different forms of outsourcing the labor. It is by this means that the social and territorial (dis)order of labor expresses the fraying relations intra-working class solidarity.

KEY WORDS: labor; working-class; social disorder; territory; labor plasticity.

Introdução

As reflexões presentes neste texto nos aproximam um pouco mais do aprendizado coletivo internamente ao CEGeT. Mas, tendo em vista a amplitude das polêmicas envolventes nos marcos da sua abrangência, o que nos ocupa no momento é discutir alguns aspectos que comparecem quanto às idéias

* Esse texto foi publicado inicialmente no livro "O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social", organizado pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Moreira Marques, publicado pela Editora Paz e Terra/Casa amarela, 2004. Após comentários, sugestões e estímulos a mim dirigidos por colegas que compõem o coletivo de apoio ao IV Singa "A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais", avaliei importante a republicação desse artigo, agora na Revista Pegada, em versão digital, podendo assim atingir mais interlocutores.

que se têm sobre as diferentes formas de externalização do trabalho, no âmbito da produção intelectual e internamente ao universo *fragmentado* do trabalho.

Nesses últimos anos, nossas ações de pesquisa têm sido dedicadas à compreensão das travagens que dificultam e impossibilitam a compreensão do trabalho no âmbito da classe trabalhadora. Tanto nós, pesquisadores, temos dificuldades para procedermos “leituras” capazes de compreender a pluralidade das diferentes externalizações do trabalho no mundo contemporâneo, quanto os próprios trabalhadores, também “vitimados” pelo estranhamento e pelo processo fetichizado de produção de mercadorias, não conseguem compreender a dinâmica do metabolismo do capital que intensifica as clivagens das instâncias de organização. Dessa forma, tanto nos campos quanto nas cidades, temos a materialização das mais variadas combinações entre expropriação, subordinação, sujeição e dominação do trabalho pelo capital e pelo Estado.

O exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho, eis o tema que nos põe permanentemente ligados à pesquisa geográfica, pois assim entendemos que poderemos participar ativamente do debate e da interlocução que se assenta na polêmica que gira em torno das dificuldades de entendimento das sobreposições e da plasticidade rompida entre as diferentes formas de externalização do trabalho.

Não bastasse, pois, a expressão disso nas formas geográficas que o trabalho assume no âmbito do metabolismo do capital, envolvendo uma constante rearrumação territorial que tem na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização as evidências referenciais para entendermos o que da formalidade, passa pelas diferentes dimensões da informalidade e atinge com mais ou menos intensidade todo o tecido social e particularmente, os trabalhadores, as formas de contratação, de remuneração, de representação/organização política, etc.

Tudo isso nos estimula a pensar que há um tensionamento favorável ao rompimento das fronteiras (intelectual e politicamente), que só nos mantêm distantes da compreensão das mutações que atingem frontalmente a classe trabalhadora, particularmente no Brasil. Isto é, tendo em vista, os diversos casos em que os trabalhadores se inserem em diferentes atividades laborativas num mesmo ano fiscal, mudando dessa para aquela categoria sindical ou enquadramento funcional, tal como de camponês a proletário/formal e/ou informal e vice-versa, sem que isso tenha qualquer importância (teórica e prática) para esses *mortais*, diante do fato de não ser possível, para alguns, enquadrar o camponês na classe trabalhadora, até porque, se de um lado é inadmissível, pois nunca houve feudalismo no Brasil, por outro é uma classe a parte, tão à parte que não pode ser entendida no âmbito do trabalho, da classe trabalhadora.

Referimo-nos, portanto, à ampla e crescente fragmentação do trabalho em segmentos, categorias, profissões, corporações sindicais, instâncias associativas e cooperativas. Sem contar, o privilegiamento desse em detrimento daquele segmento, tendo em vista a importância política,

econômica, etc., e que, nesse leito de interpretações, não tem nada a ver com o outro, tampouco que se trata dos seres que vivem do exercício do trabalho (nas mais diferentes modalidades e formas de existência) para garantir sua sobrevivência.



Sob o império dos *fetiches territoriais* (disputas por bases territoriais de domínio, presas à delimitação do controle do capital sobre o território), existentes no universo do trabalho, tendo em vista o complexo de reestruturação governado pelo capital, é possível apreendermos tanto as formas de existência fragmentada do trabalho, quanto, conseqüentemente, as cisões nas vias de comunicação como forma de apontarmos o restabelecimento da “leitura” orgânica do trabalho¹.

Assim, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, extrapolando, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; servente de pedreiro na construção civil, metalúrgico e, em outros tempos (temporada), ser ocupante de terra, saqueiro, camelô, isqueiro, etc.

Nosso propósito neste texto é discutir as ligações rompidas e refeitas no âmbito do trabalho e que refletem os impactos do metabolismo social do capital sobre as formas geográficas que, simultaneamente, expressam o movimento contraditório de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da classe trabalhadora no Brasil.

É como se estivéssemos diante de desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar distintos processos produtivos, formas diferenciadas de contratação e de definições para o mercado de trabalho e os trabalhadores fossem capazes de se enxergarem somente pontual e isoladamente, engessados sob o referencial das categorias profissionais, das corporações sindicais, dos segmentos específicos demandantes disso ou daquilo, etc.

No entanto, quando apreendemos os vínculos entre a cidade e o campo, ou as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma à outra, ou de estabelecer a prevalência ou a determinação dessa sobre aquela ou vice-versa, sem antes focarmos o processo social, mas considerarmos as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio e consigo mesmo e, em conseqüência, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavra cotidiana e se territorializa enquanto (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais.

¹ Esse assunto tem sido nossa referência de pesquisa e pode ser encontrado de forma detalhada em: Thomaz Junior, 1998, 2002, 2003a, 2003c, 2003e.

É, então, sob tais condições concretas de inserção no processo social, aqui e ali, que entendemos que a unificação orgânica cidade-campo no âmbito do trabalho só é possível se forem vencidos os obstáculos que estão vinculados à divisão social, técnica e territorial do trabalho, base imprescindível da contradição capital x trabalho, portanto, do constructo do metabolismo societário do capital.

Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que podem nos revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho, ou mais propriamente, à complexa composição da classe trabalhadora.



Sabendo-se, pois, que o espaço para o capital é uma forma de regulação, os mecanismos de controle social empenhados para a garantia do seu metabolismo não se restringem somente à esfera da delimitação territorial da existência da relação capital x trabalho, como decorrência das inovações tecnológicas, gerenciais e de controle. O espalhamento/contaminação desse referencial, internamente ao universo do trabalho, tendo em vista o peso decisivo do estranhamento, amplia sobremaneira as travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe.

O desconhecimento da autenticidade/legitimidade das formas de organização/representação dos trabalhadores que não sejam os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais, como as associações, as cooperativas e as demais expressões organizativas dos trabalhadores, e vice-versa, aliás característica imanente dos movimentos sociais no Brasil, nos põe preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

Ou seja, os trabalhadores que estão inseridos na seara sindical, têm dificuldades ou resistências para entenderem e aceitarem a existência das demais formas de organização da classe trabalhadora, sendo também o contrário, verdadeiro. A convivência internamente aos marcos da classe trabalhadora é conflituosa e fundada, em grande medida, nas disputas corporativas e politicamente orientadas para os trâmites legais da justiça do trabalho, como é o caso das entidades sindicais que, historicamente, absorveram como leito privilegiado da luta política, as imposições das prerrogativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que antes de ser somente um código normativo da relação capital-trabalho é, sobretudo, um referencial inspirador da ação política para a grande maioria das entidades sindicais, ainda que aceito com restrições.

Mesmo entendendo que os sindicatos enquanto estrutura orgânica e institucional de representação dos trabalhadores tiveram, desde a origem, a demarcação de órgão de colaboração de classe, ou de colaboração direta dos trabalhadores para com o Estado (como prescrito na própria CLT), a

história mostra que, apesar de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas do ponto de vista de ações transformadoras, é sobejamente conhecido do público a importante participação dos sindicatos e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros inspiradas nos ideais libertários do anarco-sindicalismo, num primeiro momento, nos primórdios do século XX, e pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores em particular e para a sociedade brasileira em geral, especialmente, a partir de 1980.

As disputas internas ao cenário sindical, que nada mais expressam do que as diferentes compreensões e caminhos a serem construídos para a edificação da sociedade, sem contar, em alguns casos, os interesses particulares e pessoais dos próprios dirigentes, demarcam as idas e vindas do sindicalismo brasileiro, as fragmentações intra-corporativas e a demarcação de interesses estranhos à luta pelos interesses de classe.

Generalizada para significativa parcela do sindicalismo, é importante asseverar que as disputas internas ao universo do trabalho e as dissensões resultantes fragilizam as ações políticas, os planos de luta e, principalmente, a fundamentação dos sindicatos como *verdadeira escola de socialismo* e instância da formação política dos trabalhadores enquanto entidade de classe, para a confrontação com o capital e com o Estado. A esse respeito, poderíamos lembrar as marcas das fragmentações internas aos trabalhadores rurais, no âmbito da CONTAG/CUT, que tendo a FETAESP como instância de organização superior no plano regional, em São Paulo, tem-se em 1989 a constituição dos SER's (sindicatos dos empregados rurais e a FERAESP/CUT (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), como instância federativa (reconhecida juridicamente em 1997).

Mais recentemente a FERCANA (Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo), que desde meados de 2001 tenta institucionalizar seu registro, não obteve reconhecimento do Ministério do Trabalho, sendo que, num passe de mágica, seus artífices (ex-dirigentes da FETAESP) estão propondo em seu lugar os Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias (Sintagro's)², e ainda a FERULCASP (Federação dos Empregados Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de São Paulo)³, que, desde início de 2002, se apresenta como racha da FETAESP e alternativa de organização aos trabalhadores, sem no entanto, se comprometer com as lutas específicas dos assalariados da lavoura canavieira. E ainda, no âmbito da CUT, se apresentam em cena, a partir de 2001, os sindicatos da agricultura familiar (Sintraf's), nos moldes do que existe desde 1998 no sul do país, fechando o contraponto com os assalariados rurais, representados pelos SER's.

² Essa proposta de organização sindical contempla a área de atuação dos STR's de Barra Bonita, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê, Guará, Igarapava, Ipuã e São Joaquim da Barra.

³ Restrita às bases sindicais dos STR's da região de Flórida Paulista



As pesquisas têm evidenciado, a título de exemplo, que a complexa questão da “leitura” e compreensão corporativa do trabalho, especialmente por meio do cenário sindical é amplificada com a fragmentação (sub-corporativa), adicionando elementos novos à magnitude e ao conteúdo das tensões existentes entre as entidades representativas dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo que poderíamos ilustrar, no caso desses, o que se expressa no âmbito da CONTAG/CUT, considerando, pois, todo o arco das dissensões e as contradições internas, em relação ao MST e vice-versa – mas, valendo, a rigor, para todo o Brasil – no que se refere à luta pela terra.

Se, de um lado, para a grande maioria dos sindicatos (tanto com enraizamento no campo, quanto na cidade), mas especialmente, os STR's (sindicatos dos trabalhadores rurais), que compõem a estrutura vertical *oficial* FETAESP/CONTAG) e, em menor intensidade para os SER's (sindicatos dos empregados rurais), componentes da estrutura vertical da FERAESP – sendo, pois, ambas as instâncias verticais de nível superior filiadas à CUT – os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, particularmente no âmbito do MST, são radicais, não se propõem ao diálogo, não respeitam as leis e o território da ação sindical, delimitado pelas extensões de base, ou se quiserem, a unicidade sindical. Por outro lado, os trabalhadores e suas lideranças no arco de influência do MST avaliam que os sindicatos não acrescentam à luta política de enfrentamento com o latifúndio, não são confiáveis e favoráveis à Reforma Agrária, portanto não são aliados de classe.

Há, de forma surpreendente, uma certa classificação que hierarquiza em níveis de grandeza (1^a, 2^a, 3^a ...) as instâncias organizativas dos trabalhadores, em consonância aos critérios políticos e poderio econômico, subjacentes aos preconceitos que sustentam o porquê dessa categoria, associação, ou movimento social ser mais ou menos importante do que aquela, sendo que disso surge um *ranking* que se refaz continuamente, condenando e/ou promovendo projetos de organização e de intervenção.

Essa (des)ordem societária e territorial do trabalho, dependendo do momento e dos assuntos que estejam em pauta, indica haver um esgarçamento das relações solidárias intra-classe trabalhadora. Muito mais do que a constatação que as investigações nos permitem compreender, seria pertinente ponderar a respeito dos referenciais que esse “caldo cultural” está sendo capaz de substanciar no âmbito do trabalho um certo *mercado* de cotação sobre a importância das agremiações, premiando-as e/ou secundarizando-as.

Não obstante, essa (des)ordem é revitalizada e recriada por meio dos esquemas pré-definidos e totalizadores que seguem, em certa medida, as formulações idealizadas pela burguesia e pelo capital. A título de exemplo, basta situarmos as formulações que consagram à “modernização” o veículo ideológico capaz de difundir a idéia de que o campo se industrializou e a urbanização subjacente a esse processo já permite afirmações de que o campo não existe mais. Em decorrência afirmam que o trabalho no campo

sucumbe, perde importância, se secundariza, o desemprego se alastra, daí ser importante se pensar o campo para além do agrário, como se pudéssemos consertar essa aparente (des)ordem societária e territorial do trabalho com políticas públicas capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável e estimular aos empreendimentos empresariais, já que esses respondem aos comandos da “modernização”.

Essa formulação cai como uma bomba para os trabalhadores e seus efeitos são devastadores porque ganham dimensões sociais e territoriais maiores do que aqueles segmentos que originariamente a formularam. Daí ser mais importante ser considerado agricultor familiar do que camponês, inclusive quando os papéis sociais são forjados pelo próprio Estado, quando estipula enquadramentos que predefinem a existência dos atores sociais que podem se beneficiar de créditos agrícolas, subsídios, etc.

No âmbito dos trabalhadores, das suas organizações políticas de representação (sindicatos, associações, cooperativas e demais esferas dos movimentos sociais), ainda seguindo o exemplo em questão, entre os próprios trabalhadores há atribuições de pesos e valorações ao se entenderem como camponeses e, atribuir às demais expressões do trabalho no campo, agricultor familiar, assalariado e vice-versa, importância e até exclusividade do ponto de vista da existência social.

Isso poderia parecer trágico se não fosse cômico, pois também se faz presente na ambiência acadêmica e intelectual⁴, e se espalha para os aparelhos de Estado, como é o caso do NEAD⁵, com rebatimentos para as demais esferas da convivência social, especialmente no meio partidário e político, como encontramos a situação predominante no PT (Partido dos Trabalhadores) em nível nacional.

A cizânia e as dificuldades de comunicação/interlocução internamente ao universo do trabalho, ou o movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital, presenciamos, de forma combinada, diversos elementos constituintes das travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho.

Romper com essas barreiras/fronteiras requer que tenhamos claro que, se para o capital o *vazamento* do exercício do controle social para além das marcas *rígidas* do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe de um tecido social diferenciado, porém centralmente comandado/controlado, já para o trabalho reconhecer que há *possíveis* identidades entre as diferentes formas de sua realização e que sob o jugo do capital e do Estado também é imprescindível que se entenda a partir das identidades intrínsecas à sua existência ontológica, como a única possibilidade para negar essa hegemonia.

Acreditamos que se faz necessário irmos além da demarcação teórica radicada nas especificidades das demandas do trabalho. Queremos dizer que as fronteiras predeterminadas que demarcam exclusividade das reivindicações dos trabalhadores devem ser repensadas por dentro do

⁴ Não se trata de fechar as portas para o debate, mas há um bloco intelectual nas Universidades Públicas que atuam frontalmente contra a Reforma Agrária e que há pouco tempo defendiam essa bandeira. Os casos mais emblemáticos, dentre tantos outros são do professor José de Souza Martins (USP) e do sociólogo Zander Navarro (UFRGS).

⁵ O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), criado no governo FHC, e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, é onde se concentra a *intelligentsia* incorporada poder estatal, para formular políticas para conter o

processo contraditório. Ou seja, se proletarizados, portanto requerem exclusivamente melhores salários e condições de vida, ou preços mínimos e financiamentos se camponeses e agricultores familiares, ou ainda Reforma Agrária se posseiros ou trabalhadores envolvidos na luta pela terra.

Por essa via de reflexão, aparentemente, ou ao menos de passagem, nada se liga a nada, mas é por dentro dessa realidade e tentando entender a plasticidade que revela as mutações internas ao universo do trabalho, que privilegiamos nossas investigações. É como se imaginássemos estar diante de diversos mundos do trabalho, singulares, separados, e desconectados do universo do trabalho (real), que de tão amplo e plural nos foge à compreensão.

É a riqueza de sentidos e as mediações que são desconsideradas quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na seara da especificidade das reivindicações, e não na dinâmica societária que, de fato, pode nos oferecer a compreensão já no âmbito dos significados sociais e do pertencimento de classe. Isso nos mantém dedicados às investigações, sob o referencial de cinco aspectos simultaneamente articulados: 1) acompanhamento próximo e atento das manifestações dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais; 2) questionamento constante das contribuições teóricas dos demais pesquisadores, mas sempre muito bem vindas; 3) reflexão ampla e profunda, em diversos fóruns, das pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT; 4) disposição de juntar forças com outros Grupos de Pesquisas e demais pesquisadores para a formulação de investigações conjuntas e constantes do universo do trabalho; 5) perspectivar sempre com as atenções voltadas para superação/emancipação da estrutura societária do metabolismo do capital.

O não entendimento disso pelos trabalhadores, sindicalistas, dirigentes, militantes, partidos políticos e intelectuais de *esquerda* limitou a compreensão do trabalho ao sentido estrito do termo e a axiomas preconcebidos (encimados num amplo leque ideológico e teórico no campo da esquerda), e que não nos tem permitido identificar o conteúdo das diferentes formas de realização do estranhamento e, conseqüentemente, da plasticidade existente entre elas e suas vinculações territoriais.

Poderíamos até apontar como poderia ser possível para quem se pretende dialético – ao menos é o que vimos presenciando em inúmeros estudos, parcializar a análise da sociedade de classes, sob o foco exclusivo de um ator social. Ainda que isso possa ser possível, quando consideramos a própria especialização do trabalho científico, mas não que seja suficiente para entendermos a complexa trama social que compõe o trabalho. Então, para aqueles que se propõem especializados no campesinato, as demais formas de externalização do trabalho assumem peso e sentido de menor expressão. O mesmo valendo para aqueles que se dedicam a compreender o proletariado, com gradações se rural ou urbano, também valem as mesmas limitações, ou preconceitos.

avanço dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, coibindo assim ações que não passem pelo crivo das alianças que beneficiam a burguesia rural e os latifundiários.

Superar essa limitação exige que foquemos o trabalho sob novo referencial, capaz de apreender os significados geográficos das mutações em curso no universo do trabalho.

Poderíamos também questionar as limitações para apreender as capilaridades existentes entre a cidade e o campo, ou mais precisamente, entre as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social e que (re)dimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, o movimento operário e os movimentos sociais como um todo, faz emergir em cena a questão do sujeito que trabalha e todas as dimensões (teóricas, políticas, ideológicas, sociais, etc.) da classe trabalhadora, que a compõem, etc.

Se buscamos entender quais são os sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação ganha sentido na medida da amplitude das suas formas de realização e não referenciado no recortamento (territorial) ideado (se no campo ou na cidade) ou presumido teoricamente (material ou imaterial), etc. Ou ainda, se não há mais sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação também perde o sentido.

Outro assunto que também faz parte das nossas preocupações recai sobre a luta pela redução da jornada de trabalho, pois pode repercutir positivamente em ações contra o desemprego e referenciar a luta pelo tempo livre à tese de uma vida cheia de sentidos⁶, portanto fora das amarras do capital, ou seja, que a luta anti-capital seja elemento indispensável da condução política. Cada vez mais, no nosso tempo, o trabalho assalariado é positividade e negatividade. Se há sentido pensarmos que a redução do tempo de trabalho é compatível com o direito ao emprego – o trabalho é mediação e não fim.

Reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos é a chave para identificarmos as contradições, os conteúdos e os sentidos do exercício de dominação dos setores hegemônicos (burguesia, Estado) e também as lutas de resistência, emancipatórias e de outros matizes que se espalham pelos quatro cantos do planeta, entre as diferentes expressões do movimento social.



A imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria chave para a compreensão da história.

Assim, se o sujeito não está na esfera do trabalho, o que nos restaria na sociedade do capital? E se o sujeito não está mais nessa esfera, onde está?

⁶ Cf. Antunes, 1999.

Não nos propomos a responder essas perguntas, mas oferecermos nossas reflexões críticas que se encontram em nossa produção, resultado das investigações em vigência e da interlocução junto a pesquisadores e com a literatura específica, tentando, pois, somar esforços junto aos demais geógrafos e pesquisadores que entendem que, por meio da Geografia do trabalho, podemos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial/territorial do trabalho, capaz de edificar-se elegendo o trabalho como categoria chave da compreensão da história e também o seu papel de centralidade na teoria social.

Para tanto, é importante refletirmos que nessa relação que propomos priorizar o primado do sujeito, é componente imprescindível aprendermos com o objeto, com os atores sociais que interlocutamos. Isto é, que a trama dialética possa efetivar-se e acrescentar novas questões para o conhecimento científico, entendido, pois, não como único ou o melhor, mas capaz de explicar alguns aspectos do mundo contemporâneo e, assim, podendo se somar às demais formas de conhecimento, com o propósito de ajudar a qualificar a formulação da crítica contundente e radical ao metabolismo do capital.

Inicialmente poderíamos ponderar, em concordância com Marx – quando se põe à análise do capital –, considerando a estreita ligação entre sua crítica à economia política e à teoria da luta de classes, que a potência constituinte do trabalho é dada pelo papel que esse tem na criação do valor e pelas possibilidades subjetivas de rebeldia e de revolução que esta qualidade confere ao proletariado; nós diríamos, hoje, de forma mais ampla, à classe trabalhadora.

Isto é, essa centralidade do trabalho na criação do valor hoje, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, mas nos põe a pensar o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda ele tem possibilidades emancipatórias, que não se resumem ao trabalho em si, mas que tem nele seu ponto central. Sabendo, pois, que, as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização do trabalho, nas suas diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora.

A esse respeito, a título de exemplo, a manutenção da estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, mesmo sem capitalismo, e ainda a generalização da classe trabalhadora, atributos inseparáveis da experiência pós-capitalista da URRS, pouco fez para construir os passos para a eliminação desse entraves, pretextando o socialismo, a fim de que todos se tornassem indivíduos associados e livres. Isso acentuou a contradição do indivíduo e a sua classe, ou seja, a abolição do antagonismo entre as classes acentuou o antagonismo entre o indivíduo e a sua classe.

Assim, as novas profissões, encerramento de postos de trabalho e de profissões, desemprego/desposseção, desqualificação em massa e superqualificação no outro extremo, são alguns dos elementos que povoam com mais ou menos intensidade a classe trabalhadora nos diferentes lugares do planeta, com pouca ou grande semelhança, mas que só podem ser entendidos quando focados na dimensão do desenho societal. Ou seja, não é mais sustentável analítica e teoricamente pretender entender a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, especialmente no que tange à ação dos movimentos sociais, particularmente o MST, como algo isolado e restrito ao universo camponês⁷, nem mesmo deixarmos de admitir a recomponização como face concreta de realização do trabalho.

Com isso queremos afirmar que nossa compreensão de classe trabalhadora é mais ampla, portanto não se restringe somente aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, no limite, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, camponeses com pouca terra e que lutam por terra e que enriquecem e pluralizam a noção do sujeito social que trabalha.

Enxergar o camponês no Brasil, não somente no âmbito da Geografia, significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho. E não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda* com a exclusão, como exemplarmente alardeado pela grande imprensa e os intelectuais de plantão do planalto, mas que além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a heterogeneização do trabalho, sobretudo por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também politicamente posições políticas afinadas, historicamente, com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais e éticos da família.

Assim a Reforma Agrária e a luta pela terra, cada vez mais deixam de ser somente algo restrito ao camponês e passam a ser também do trabalhador proletário, rural e urbano, dos subproletarizados, dos desempregados e de todos os que compõem as estatísticas dos trabalhadores hifenizados (temporários, domiciliares, etc.).

Esse assunto se destaca como objeto de estudo na Geografia, para Oliveira (2000), que, ao elege o campo como foco de reflexão, apreende os mecanismos recriados pelo capital para reproduzir e controlar a estrutura familiar camponesa de produção. Amparados nesses estudos, mas com as atenções voltadas para a extensão dos desafios que recaem para o conjunto dos trabalhadores que laboram tanto nos campos quanto nas cidades, é que nos propomos a entender as contradições que compõem as mutações no universo do trabalho.

Então, quando focamos o tecido social, nós podemos visualizar que há várias frentes de manifestação do trabalho. Portanto, para visualizarmos isso temos que identificar na dinâmica territorial da sociedade os papéis que cada ator desempenha e as novas territorialidades imanentes.

⁷ Cf. Thomaz Junior, 2001.

Em pauta está refletirmos no interior da luta de classes as mutações da categoria trabalho e os rearranjos espaciais e suas expressões materializadas num movimento contínuo que se territorializa sob múltiplas determinações, processo esse denominado por nós de *território minado*⁸. Por meio dessa metáfora, fazemos alusão aos desafios para o universo simbólico dos trabalhadores e diante dos impactos provocados nas instâncias organizativas, afetando direta e centralmente as entidades de representação da classe trabalhadora.

A esse respeito, é importante apontar para as pesquisas que nos têm revelado trabalhadores assalariados reivindicando terra⁹ e trabalhadores camponeses reivindicando melhores salários¹⁰. A princípio poderíamos imaginar estarmos diante de uma aparente inversão de papéis sociais que nos estimula a pensar na *Babel* do século XXI.

Por sua vez, essa complexa trama de relações requer para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que as compõem. Caso contrário, não conseguiríamos entender as formas de ser do trabalho como parte intrínseca do metabolismo social do capital, sob o foco da Geografia.

Não está posto desprezarmos o horizonte institucional da formação acadêmica, mas enquanto intelectuais orgânicos, participantes de discussões públicas e da luta política, sobrevivemos num campo tensionado entre academia e movimento social, espaço de reflexão crítica, para além das práticas disciplinares. Ao invés de implosão - no sentido de deixar de existir -, como pregamos em outros momentos, temos que nos posicionar para negar (supressão-conservação), para que a partir desse estágio seja possível avançar para outras formas de saber, para além das práticas positivistas de ciência. Por outro lado, os desafios vêm também, do próprio objeto, portanto não é só na esfera epistemológica, mas na dimensão ontológica, na forma de ser do desenvolvimento do objeto.

De fato, temos que superar os campos disciplinares porque são limitantes. Temos que transgredir os limites da nossa formação acadêmica, pois o real sempre exige novos elementos de reflexão em outros campos do saber, até porque é recalcitrante às práticas acadêmicas, sem contar que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas. A realidade é, pois, uma totalidade concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács, e o que recortamos para estudar, por exemplo, o

⁸ Título do Projeto de Pesquisa sob nossa responsabilidade junto à UNESP e ao CNPq, na alínea PQ e Universal, com vigência no período de 2003 a 2005.

⁹ É o caso dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) e demais áreas produtoras do nordeste, como já pudemos apreender nas nossas pesquisas: Thomaz Junior, 2002a; Oliveira, 2003.

¹⁰ Nossa participação na equipe coordenada pelo Professor José Jorge Gebara, à frente do Projeto de Pesquisa "O mercado de mão-de-obra volante na cana-de-açúcar e migração sazonal", nos possibilitou um rico aprendizado. A dupla forma de existência dos trabalhadores camponeses que migravam, originários do médio Vale do Jequitinhonha (MG) para o corte da cana-de-açúcar na região canavieira de Ribeirão Preto (SP) - o mesmo valendo para outras áreas do país -, isto é, de pequenos produtores familiares ou proprietários de terra no local de origem, para proletários na lavoura da cana-de-açúcar, reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho nessas condições.

trabalho como sendo Geografia do trabalho, Economia do trabalho, Sociologia do trabalho, são abstrações, são construções disciplinares.

Daí a necessidade de trazermos para o nosso campo de reflexão dois movimentos articulados e simultâneos: construção e destruição da Geografia do trabalho. Isto é, se de um lado, nos propomos a construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, por outro, não se trata de constituirmos a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar, ou como corrente nova na Geografia.

Devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, pois na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital. Esse assunto ganha mais clareza com o desenrolar das investigações e das nossas ações junto aos pesquisadores das demais áreas do conhecimento, do nosso convívio profissional.

Por isso que, defender a unificação orgânica dos trabalhadores, muito mais do que um pensamento concreto da realidade social do nosso tempo – facilmente *qualificado* de utópico e combatido severamente pela plêiade de *democratas confessos* – é, sobretudo, a razão fundante do compromisso com a emancipação do trabalho, dos homens e das mulheres, do jugo do capital. Acreditar que por meio das pesquisas podemos contribuir com esse processo, ultrapassar os limites, transponíveis, por certo, é o que nos impulsiona a compreender, por dentro da (des)ordem societária do trabalho, o significado das localizações das diferentes formas de externalização do trabalho, a plasticidade existente entre as mesmas e o conteúdo do ordenamento espacial da luta de classe. Mas os aprofundamentos necessários permanecerão como nossos assuntos de pesquisa. E sigamos em frente!

Referências

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

CARVALHAL, M. D.; THOMAZ JÚNIOR, A. O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. especial, p. 47-61, 2003.

CARVALHO FILHO, J. J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p 193-223.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.18, n.19, jul./dez., p. 257-272, 2002.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

HARVEY, D. **Espacios de esperanza**. Madrid: Lavel, 2000.

HENSMAN, R. World trade and worker's rights: in search of internationalist position. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, p. 427-450, 2001.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (*Coleção Temas de Ciências Humanas*).

MARX, K. **O Capital**: livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 1.

MARX, K. **O Capital**: livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 6

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1987.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. ; THOMAZ JÚNIOR, A. O novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. **Xerografia**, Santiago de Compostela, n.12,p., 2003.

MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**, Bauru, n.19, p. 18-21, 2001.

OFFE, C. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v.1. (Trabalho & Sociedade)

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, S. M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. Imprensa, construção dos sentidos e "leitura" do território da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. **Revista Universidade e Sociedade**, Maringá, v.13, n.30, jun. 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p. 31-42, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.3, n. especial, ago., 2002b. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget Acesso em: 10 de maio de outubro de 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v.9, n.1, jan./ abr., 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, v.9, n.17, jan/jun. 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L. ; ARAÚJO, R. **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis, 2003c. p.143-169.

THOMAZ JÚNIOR, A. "Jogo" de cena e poder de classe no Brasil do Século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 1, v. 4, 2003d.

WATERMAN, P. Space, place and the new labour internacionalism. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, p. 305-311, 2001.